



Brasília, 13 de fevereiro de 2025

DIA 11 DE MARÇO – PARALISAÇÃO NACIONAL

A conjuntura política (brasileira e internacional) prossegue de forma desfavorável aos interesses políticos e sociais da classe trabalhadora e para as liberdades democráticas. Conforme já expresso em informativos de direção, iniciamos 2025 com diversos desafios e obstáculos para a efetivação do reajuste salarial previsto para janeiro desse ano, conforme acordo assinado com o governo federal, o problema central desse impasse se refere ao atraso na tramitação da Lei Orçamentária Anual de 2025 que deveria ter sido aprovada no decorrer do ano de 2024. A fragilidade somada a opções equivocadas do governo no que se refere à tática política de enfrentamento contra a extrema direita, em conjunto com o Congresso liberal e reacionário que é avesso ao desenvolvimento social do país e blindado contra o fortalecimento de direitos sociais da classe trabalhadora; são elementos constitutivos da complexa conjuntura pautada pelo modelo de ajuste fiscal que dita a agenda da política econômica brasileira.

Para além do reajuste salarial, diversos compromissos firmados pelo Acordo de Greve firmado com a FASUBRA em 2024 não estão sendo cumpridos. A Medida Provisória 1286/2024, além de apresentar diversas inconsistências em relação ao que foi negociado e assinado entre o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e a FASUBRA impõe, através do seu artigo 206, uma minireforma administrativa, ao instituir elementos mercadológicos, autoritários e produtivistas em alguns mecanismos da gestão do serviço público federal.

Até o dia 10 de fevereiro de 2025, foram protocoladas 517 emendas parlamentares à Medida Provisória 1286/2024. Entre essas, 12 emendas tratam especificamente do artigo 206 que impõe, via essa MP, uma minireforma administrativa, e 94 emendas possuem relação direta com a Lei 11091/2005 que institui o PCCTAE. Vale destacar que fruto de intenso trabalho realizado pela direção da FASUBRA nos últimos dias, das 94 emendas protocoladas, 65 (quase 70% do total de emendas que se relacionam com a nossa carreira e nosso reajuste), foram articuladas pela FASUBRA, com parlamentares progressistas que defendem a educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, e que apoiam as lutas sociais.

Portanto, a tarefa da Federação e de suas entidades filiadas no próximo período, constitui a combinação de ações nos setores de trabalho e nas ruas, intensificando a pressão sobre os parlamentares em cada região, e sobre o governo e os parlamentares aqui em Brasília, para que a tramitação da LOA seja concluída num espaço de tempo mais breve possível, e para que as emendas parlamentares articuladas pela FASUBRA com parlamentares sejam aprovadas pelo Congresso Nacional e que não sejam vetadas pelo governo federal.



Considerando que:

A) A declaração pública da Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, de que **“o reajuste já está garantido por medida provisória e terá validade retroativa a partir de janeiro de 2025, a LOA precisa ser aprovada e depois sancionada pelo presidente. Se conseguirmos sancionar a lei até o dia 15 de março, esperamos pagar os valores retroativos até abril”**.

B) A avaliação da direção nacional da FASUBRA, é que em um cenário político de indefinições, continuará atuando no Congresso Nacional e junto aos interlocutores do governo, pressionando pela rápida e necessária tramitação e aprovação da LOA 2025.

A avaliação da direção da Federação, **é de que não é possível garantir que a completa tramitação e aprovação da LOA de fato serão concluídas em março, com tempo hábil para que o reajuste seja processado para constar na folha de pagamento do referido mês.**

C) A mobilização em Brasília-DF e nas cidades pressionando os parlamentares de em cada região, será fator importante para a conclusão desse processo, e que *para alcançarmos esses objetivos, a direção da FASUBRA reitera a necessidade de que as entidades filiadas se mobilizem pressionando diretamente os/as parlamentares na região, e para isso é importante que solicitem reuniões públicas com os parlamentares, confeccionem peças publicitárias cobrando um posicionamento político das/os parlamentares da região e do estado, distribuam panfletos para a população tratando do posicionamento desses/as parlamentares, realizem de assembleias para debater a conjuntura política com a categoria, realizem de reuniões setoriais tratando do tema e diversas outras ações possíveis, que se configurem como ações fundamentais para que possamos sair vitoriosos na tramitação e aprovação da LOA 2025, e da MP 1286/2024 com as emendas supressivas e retificadoras que a FASUBRA articulou com os/as parlamentares.*

Nesse sentido, a direção nacional da FASUBRA orienta:

- 1) **Construção de Paralisação Nacional no dia 11 de março de 2025**, nas Instituições Públicas de Ensino;
- 2) **A Paralisação Nacional convocada pela FASUBRA, tem como eixo central “O cumprimento integral do acordo de greve, assinado entre o Governo Federal e a FASUBRA em 2024”**, e para isso, a pauta da paralisação nacional terá como deve ser composta por debates e ações sobre:
 - Aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2025; alteração da Medida Provisória 1286/2024 com as emendas articuladas pela FASUBRA junto a parlamentares;
 - Efetivação da instituição da jornada de trabalho de 30 horas semanais para todos e todas sem redução de salário;



- Conclusão das ações dos Grupos de Trabalho previstos pelo Acordo de Greve assinado entre o Governo Federal e a FASUBRA em 2024, com a efetivação de seus encaminhamentos.
- 3) Realização de **Rodada de Assembleias no período de 13 de fevereiro de 2025 à a 7 de março de 2025**, para avaliar a conjuntura política e deliberar pela construção da paralisação no dia 11 de março de 2025. Orientamos, também, a aprovação de uma proposta de calendário de lutas a ser submetida à Plenária Nacional nos dias 14, 15 e 16 de março de 2025.
- 4) A direção da FASUBRA solicita que as entidades filiadas formalizem à Federação o resultado das deliberações das assembleias que debaterão esse tema, imediatamente após sua realização.
- 5) Para fortalecer a mobilização dentro do Congresso Nacional, para acelerar a aprovação da LOA e tramitação da MP 1286/2024 (com as respectivas emendas parlamentares articuladas pela FASUBRA), a Federação orienta que as entidades filiadas mantenham suas representações em Brasília- DF entre os dias os dias 17 a 20 de março (período pós plenária da FASUBRA).

REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE DO SUS (MNNP-SUS)

A FASUBRA participou da reunião ordinária da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS), realizada nos dias 11 e 12 de fevereiro de 2025, na Esplanada dos Ministérios, no prédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O encontro reuniu a bancada das entidades representativas dos trabalhadores e a bancada da gestão do governo para discutir pautas relevantes para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Um dos principais pontos abordados foi a recomposição dos Grupos de Trabalho (GTs) da MNNP-SUS, além da criação de novos GTs com foco em temas estratégicos:

- Saúde mental;
- Ambiente climático e protocolos emergenciais;
- Responsabilidade sanitária;
- Monitoramento e avaliação;
- Desprecarização / carreira;
- Democratização;
- Saúde do trabalhador;
- Comunicação;
- Saúde indígena;
- Assédio;

A inclusão do tema assédio destaca a importância da prevenção de práticas abusivas e da promoção de ambientes de trabalho seguros e respeitosos.

A FASUBRA integrará as discussões nos Grupos de Trabalho (GTs) de Comunicação e



Ambiente/Mudança Climática, contribuindo com:

- Propostas para ampliar a transparência e a participação social;
- Enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas na saúde pública;

No último dia da reunião, a bancada da gestão do governo apresentou:

- Panorama do novo modelo de contratação dos trabalhadores da saúde indígena, destacando mudanças no processo seletivo e vínculos empregatícios;
- Discussões sobre a carreira no SUS, com foco em valorização, plano de cargos e salários e desenvolvimento profissional.

A participação ativa da FASUBRA reafirma seu compromisso com o fortalecimento do SUS:

- Em defesa de melhores condições de trabalho;
- No fortalecimento das carreiras dos trabalhadores da saúde;
- No avanço de políticas públicas ligadas ao Ministério da Saúde e ao SUS.

Importância do espaço de negociação

A MNNP-SUS se mantém como um espaço essencial para assegurar o diálogo entre gestores e trabalhadores, promovendo a construção conjunta de soluções para os desafios enfrentados pelo sistema público de saúde.

COMISSÃO NACIONAL DE SUPERVISÃO DE CARREIRA

A Comissão Nacional de Supervisão da Carreira esteve reunida nos dias 5 e 6 de fevereiro, onde fez a discussão sobre o entendimento das regras de transição a partir da implementação das mudanças no PCCTAE negociadas na Medida Provisória 1286. A Coordenação liberou uma Nota técnica com as orientações sobre a aplicação da MP 1286, construída a partir dessa discussão e enviada para o Ministério da Gestão e Inovação dos Serviços públicos - MGI para análise.

Ressalta-se que, como o conteúdo apresentado nessa Nota Técnica ainda está sendo analisado pelo MGI, ela não representa aplicação imediata nas IFE. Veja os documentos na íntegra através do link: https://fasubra.org.br/wp-content/uploads/2025/02/SEI_23000.004821_2025_87_Oficio-NT-Resolucao-CNS-aceleracao.pdf



CALENDÁRIO 2025

FEVEREIRO

17 a 21	Reunião do Conselho Fiscal
20	10ª Reunião da Mesa Central da Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP

MARÇO

11	Paralisação Nacional – Pela aprovação da LOA
12 e 13	Reunião da Direção Nacional da FASUBRA (Presencial)
14,15 e 16	Plenária Nacional da FASUBRA (Presencial)
19	Reunião Virtual GT-LGBTQIA+

ABRIL

09	Reunião Virtual GT-LGBTQIA+
----	-----------------------------